

Alguns Mitos Sobre a *Riqueza das Nações*

RAUL CRISTOVÃO DOS SANTOS
FEA-USP

Seminário nº 12/2005 – 23/06/2005
São Paulo
2005

Alguns Mitos Sobre a *Riqueza das Nações*

Prof. Dr. Raul Cristovão dos Santos¹

Gostaria de aproveitar este espaço para render uma homenagem à memória do Prof. Robert Heilbroner que faleceu em janeiro deste ano. Prof. Heilbroner foi um dos principais pesquisadores no campo da história intelectual da ciência econômica na academia americana durante décadas, desde o seu *Worldly Philosophers* – originário da sua tese de doutorado na New School for Social Research - até o recente *The Crisis of Vision in Modern Economic Thought*, em co-autoria com o Prof. W. Milberg. Em todos estes trabalhos, sempre procurou, no resgate das idéias dos expoentes desta ciência, desvendar as reflexões destes autores sobre os problemas sociais engendrados pela sociedade moderna, e com isto, refletir ele próprio sobre os problemas contemporâneos da sociedade americana. Assim, ele foi um formadores e um dos esteios do pensamento econômico da New School.

Tenho para com ele uma dívida intelectual enorme, criada durante a década em que foi o orientador da minha tese de doutorado. Sem dúvida, a parte principal desta dívida é a marca da herança intelectual dele e da própria New School, herança esta que carrego com orgulho. Isto não quer dizer que ele concordaria com as idéias abaixo expostas. Tenho certeza que, se ele pudesse ler o texto que se segue, teria dito: “Bem, este não é bem o meu ponto de vista sobre este assunto, mas vá em frente e elabore-o da melhor forma possível!” É o que eu tento fazer a seguir.

I

Em qualquer ciência, as obras de seus principais expoentes acabam por serem identificadas por uma ou mais idéias cuja mera menção parece ser suficiente para definir os seus conteúdos conceituais. A ciência econômica não é exceção. À **Riqueza das Nações** (RN) de Adam Smith é normalmente associada às idéias de fundação da ciência econômica, a “mão invisível” como expressão do funcionamento do mercado e, finalmente, a ambiguidade da teoria do valor de Smith. No que se segue, tento mostrar que tais idéias *smithianas* são questionáveis enquanto representantes do pensamento de Adam Smith.

¹ Professor Associado do Departamento de Economia da FEA-USP. Agradeço o apoio financeiro do CNPq

É claro que este questionamento deriva de diferentes procedimentos de como interpretar obras do passado da ciência econômica, assim, parece-me razoável apresentar, mesmo que de maneira precária, a minha abordagem no campo da história das idéias econômicas. Em primeiro lugar, como afirma Mark Blaug, fazer HPE depende do próprio conceito que se tem sobre o que são as ciências. Minha abordagem é a de que a história de qualquer ciência faz-se por meio de rupturas com o saber estabelecido, e não por meio de continuidades. Para ser mais exato, tento seguir a abordagem de Gaston Bachelard, para quem, a história de uma ciência é uma luta eterna contra seus obstáculos epistemológicos. Esta abordagem é pouca estudada e utilizada na história da ciência econômica, e mesmo nas suas discussões metodológicas, que privilegiam a outra linha crítica às ideias do círculo de Viena que vai de Popper para Kuhn, Lakatos, Feyerabend, entre outros². Uma notável exceção é o trabalho de Tribe (1978). Assim como Popper, na década de trinta, havia enfatizado o erro, daí o falsificacionismo, como motor do progresso do conhecimento científico em oposição ao verificacionismo da Escola de Viena, Bachelard apontava a retificação do erro como o ponto nevrálgico para se entender a prática científica, para ser mais exato, a retificação dos erros permeava o avanço da ciência. Porém, ao contrário de Popper, este processo não era cumulativo, mas envolvia uma profunda ruptura com a estrutura do saber anterior.

A primeira ruptura se dá em relação ao senso comum e corresponde ao próprio nascimento do pensamento científico, pois aquilo que nos é dado imediatamente pela observação nos engana e nos faz prisioneiros de noções que não passam de pré-conceitos. O senso comum é o primeiro obstáculo epistemológico. Ao rompimento com o senso comum corresponde a emergência do conceito com seu duplo caráter: abstrato e concreto. A descoberta de um conceito não se faz pela sua mera ampliação, que permite dar conta de um número maior ou de novos fatos, mas sim pela derrubada de toda estrutura de saber que o envolve. Por ser um projeto humano, as ciências estão fadadas ao erro, mas são as retificações dos erros, por meio de rupturas epistemológicas, que lhes dão o caráter do progresso. Assim, a história de qualquer ciência está sempre sendo retificada, refeita após estes momentos de rupturas.

² Para um concisa exposição das idéias de Bachelard, ver Tiles (1984). Ver também Bachelard (1978).

No entanto, tanto Popper quanto Bachelard tratavam principalmente das ciências naturais, onde, aparentemente, podia-se identificar um vetor unidirecional de progresso. Mas, no caso das ciências sociais e em particular da economia, este vetor não era claro, exceto quando se considera uma matriz teórica como dominante e se refaz a história das idéias econômicas a partir do seu ponto de vista. Este é o caso da *História das Idéias Econômicas* de J. A. Schumpeter. É uma história retificadora no sentido de Bachelard, mas que mascara a própria existência da presença de diferentes conceitos sobre um mesmo fenômeno econômico.

A pergunta crucial desloca-se então para a prática dos economistas quando estes produzem seus conhecimentos. Uma resposta possível, e que tento utilizar aqui, foi dada por Arida (1991). O estudo da HPE, calcado na observação de como os economistas fazem a sua ciência deveria centrar sua atenção, ao invés de camuflá-los, nos embates teóricos os quais configuravam momentos de ruptura no edifício da ciência. Nestes embates, concepções distintas do objeto de análise estavam em jogo e a resolução da controvérsia dava-se pelo maior poder de convencimento que uma teoria tinha sobre a outra, o que criaria um consenso entre os praticantes da ciência, dando-lhe um caráter de “normalidade”. Este era o objetivo do meu trabalho sobre as controvérsias sobre a idéia de riqueza ao longo da história da ciência econômica, apresentado neste mesmo programa de seminário em 1986.³

Mais ainda, as concepções em jogo eram permeadas por ideologias as quais, diferentemente do afirmado por Schumpeter (1954), não tendiam a desaparecer com o progresso da ciência. Este é o fundamento dos três ensaios abaixo e do seu objetivo principal que é o de questionar certas idéias usuais sobre a RN,

II

É quase indisputável dentro da HPE a afirmação de que Adam Smith com a sua obra “Riqueza das Nações” lançou os fundamentos da ciência econômica. Também é quase sempre necessário para qualquer ciência apontar o seu “pedigree” intelectual como meio de se auto-afirmar enquanto conhecimento sólido. E é isto que a profunda e extensa obra de Smith provê. Entretanto, do ponto de vista da história das idéias econômicas pode-se

³ Santos (1986)

indagar se esta obra é, de fato, o ponto de partida da ciência econômica. A pergunta básica a ser respondida é: se a RN fundou a ciência econômica então ela, enquanto campo de saber autônomo dentro das ciências morais (sociais), obviamente não existia antes. Sem dúvida, como afirma Letwin, nenhuma ciência encontra-se pronta. Ela depende da emergência de uma idéia que a unifique internamente e a diferencie externamente de outros campos do saber. Então, cabe perguntar se a RN cumpre estes requisitos, ou seja, se ela enuncia alguma idéia do econômico da vida social que fundamenta a ciência econômica.

Em primeiro lugar, ao longo da RN, Smith em nenhum momento faz referência ao conteúdo da sua obra como contendo essa idéia nova. Em nenhuma passagem, que seja na introdução do livro, Smith chama a atenção do leitor ou avisa antecipadamente ao leitor que as proposições ali expostas sobre a natureza e causa da riqueza desdobram-se num novo campo. Nem ele, nem seus contemporâneos franceses, pareceram estar preocupados com este aspecto. Pelo contrário, todos eles parecem discorrer sobre um campo do saber que já está constituído, e, portanto, sobre o qual não há o que discutir, e que é de conhecimento geral obviamente entre os doutos das ciências morais⁴. E de fato, este parece ser o caso. Para tornar claro este ponto vamos considerar o ponto de partida do discurso da RN, ou seja, as suas aulas de Glasgow em Filosofia Moral.

Para que este exercício não pareça fortuito, é conveniente salientar que a RN e a seção das aulas correspondentes ao material da RN apresentam a mesma estrutura argumentativa.

Assim, nos dois casos, Smith inicia pela concepção correta de riqueza – objetos úteis ao invés de metais preciosos – e aponta as suas causas. Note-se que nas aulas de Glasgow, Smith identificava apenas uma causa, a saber, o grau de desenvolvimento das forças produtivas do trabalho. Nenhum vestígio da segunda causa, conforme enunciada na RN, ou seja, o número proporcional de trabalhadores produtivos, existe no material destas aulas.

Em seguida, Smith encaminha-se para o objeto central do seu argumento: criticar o sistema mercantil de políticas econômicas para gerar riqueza. Esta tarefa é executada, e facilitada, da ótica da concepção correta da natureza e causa da riqueza exposta convincentemente na parte inicial da obra. Aqui também cumpre ressaltar uma diferença

⁴ Se o campo já existia, então ele não o fundou.

entre as aulas e a RN. Nesta última, Smith já está familiarizado com o sistema fisiocrático (fazendo uma apresentação sucinta do Quadro Econômico de Quesnay) e critica-o também, em particular, pelo conceito restrito de trabalho produtivo empregado pelos fisiocratas. Porém, o alvo principal continua a ser o sistema mercantil pois este, ao contrário dos fisiocratas, é utilizado na prática pelos países europeus. Para se ter uma idéia do esforço de Smith, note-se que a crítica ao sistema mercantil ocupa ao redor de 25% do texto da RN.

Finalmente, desmantelado o sistema mercantil, Smith deriva o único sistema de políticas econômicas baseado na concepção correta de riqueza, o sistema de liberdade natural. Sob este sistema emerge então o adequado papel que o Estado ou a administração pública deve ter. Voltaremos a este ponto mais adiante, no entanto, note-se a preocupação de Smith com o papel do Estado, da mesma forma que nos escritos de Quesnay e Turgot onde abundam proposições sobre o que o Estado deve ou não deve fazer.

Muito bem, feito este reconhecimento da similaridade das estruturas argumentativas das aulas de Glasgow e da RN, voltemos à questão básica: que espaço do saber ocupa este discurso. A resposta é imediata e simples, sendo já apontada por Schumpeter no seu HAE. Com o desenvolvimento da chamada Revolução Científica, cujo ápice é a obra de Isaac Newton publicada em 1689, assiste-se uma ruptura do campo da Filosofia, até então considerado um campo uno e depositário de todo ao saber, de onde emerge as ciências naturais, ou seja, do conhecimento científico do mundo natural. O êxito desta revolução levou a elaboração de um projeto similar em relação ao mundo humano. Como dizia Hume, se o ser humano é capaz de produzir tal conhecimento científico ele deveria constituir-se no primeiro objeto de investigação científica. Estabelece-se uma nova ruptura na Filosofia, formando-se o campo da Filosofia Moral. É importante eliminar uma confusão recorrente entre Filosofia Moral e um dos seus ramos que é o da Ética ou Moral. Filosofia Moral é o campo maior e corresponderia hoje ao campo das ciências sociais, portanto, este seria o campo de investigação dos fenômenos humanos (indivíduos, sociedades. . .) e da produção de leis científicas (regularidades) sobre os diversos aspectos da vida social. Em decorrência, a Filosofia Moral estava subdividida em quatro ramos básicos, no século XVIII. Eram eles: Teologia, Ética ou Moral, Jurisprudência e Economia Pública⁵. Percebe-se então que Ética

⁵ Utilizo aqui o termo de Voltaire para designar este campo da Filosofia Moral. O termo Political Oeconomy parece ter sido usado pela primeira vez por Montchrétien, num livro publicado em 1615 denominado “Traicté de l’oeconomie politique dedié em 1615 au roy et la reyne mère du roy”.

ou Moral não pode ser confundida com o campo maior da Filosofia Moral. Ética tratava da constituição da sociabilidade, ou das “regras” que possibilitavam a interação social dos indivíduos numa sociedade. Esta era uma questão pertinente e desafiadora pois assistia-se a emergência da sociedade moderna cujo traço imediato era a autonomia dos indivíduos na sociedade, daí a questão: como uma sociedade baseada nesta autonomia não sucumbe num estado de desordem generalizada?

Esta estrutura do saber constituía o currículo básico da Filosofia Moral nas principais universidades europeias. Em particular, esta era a estrutura do curso de Filosofia Moral em Glasgow. Lá, Adam Smith assume o ensino desta matéria em 1752, e longe de inaugurar ou sugerir qualquer mudança desta estrutura de saber, Smith preserva-o. Portanto, todas as suas obras publicadas desenvolvem-se num campo conhecido e aceito na comunidade científica de então.

A pergunta agora é saber do que tratava a Economia Pública. Um exemplo significativo é dado na obra de J. Steuart, “Inquiry into the Principles of Political Oeconomy”, publicada em 1766, portanto, dez anos antes da publicação da RN. O exemplo é significativo não só porque apresenta claramente o objeto de investigação da Economia Pública, como também por ser alvo de crítica de Smith às políticas mercantilistas. Vejamos, então, como Steuart define este objeto no seu livro:

“Oeconomy, in general, is the art of providing for all wants of a family, with prudence and frugality. (...). The object of it, in a private family, is therefore to provide for the nourishment, the other wants, and the employment of every individual.

[...]

What oeconomy is in a family, political oeconomy is in a state: with these essential differences, however, that in a state there are no servants, all are children: that a family may be formed when and how a man pleases, and he may there establish what plan of oeconomy he thinks fit: but states are found formed, and the *stateman* (this is a general term to signify the legislature and supreme power, according to

the form of government) is neither master to establish what oeconomy he pleases, or in the exercise of his sublime authority, to overturn at will the established laws of it, let him be the most despotic monarch on earth.

[...]

The principal object of this science is to secure a certain fund of subsistence for all the inhabitants, to obviate every circumstance which render it precarious; to provide everything necessary for supplying the wants of society, and to employ the inhabitants (supposing them to be free men) in such a manner as naturally to create the reciprocal relations and dependencies between them, so as to make their several interests lead them to supply one another with their reciprocal wants” (Steuart, 1966, p. 16-17)

A definição do campo de investigação dada por Steuart não diverge daquelas apresentadas pelos autores do continente, principalmente das francesas, como atesta o verbete “Political Oeconomy” escrito por Rousseau para a Enciclopédia de Diderot. A ênfase recai sobre o papel da administração pública, sobre o conjunto de políticas econômicas.

No caso de Smith, nas suas aulas de Glasgow, como apontado acima, seu discurso seguia a estrutura corrente de um curso de Filosofia Moral na Europa. Assim, na terceira parte do curso, Jurisprudência, Smith caracterizava-a como o exame das regulações ou leis de maneira geral. Em primeiro lugar tratava daquelas regulações que diziam respeito a ordem interna de uma nação. Em seguida, tratava das “partes inferiores” da administração pública, em particular, daquela relacionada à opulência, ou seja, a oferta abundante de bens que satisfazem necessidades humanas. A causa única e básica da opulência é o trabalho humano, mais precisamente, o grau de desenvolvimento de sua produtividade a qual era derivada da divisão de trabalho, um produto da propensão humana a trocar. Em decorrência, Smith sugere que a administração pública evitasse provocar um desequilíbrio

entre o preço de mercado e o preço natural de uma mercadoria, a criação de privilégios para grupos de comerciantes ou de atividades, monopólios, e o fim das corporações de ofícios.

Já na RN, Smith adere ao vocabulário dos franceses e explicitamente define Economia Pública no início do livro IV da RN:

Political Oeconomy, considered as a branch of the science of a statesman legislator, proposes two distinct objects: first, to provide a plentiful revenue or subsistence for the people, or more properly to enable them to provide such a revenue or subsistence for themselves; and secondly, to supply the state or commonwealth with a revenue sufficient for the public services. It proposes to enrich both people and the sovereign.(Smith, 1999, p.5)

Cabe lembrar que a definição de Economia Pública é evocada aqui, na introdução do Livro IV, porque é neste ponto da RN que Smith passa a analisar os sistemas de políticas econômicas mercantil e fisiocrata do ponto de vista de sua concepção da natureza e causas da riqueza⁶.

Se esta é a concepção da Economia Pública fica claro que não está em jogo qualquer concepção de econômico ou de uma economia que forneça um objeto de análise autônomo do saber. De fato, o eixo central deste discurso é o soberano. Mais especificamente, o objeto é a sábia administração pública por parte do soberano. Questões que denominaríamos hoje de “econômicas” só são consideradas pertinentes em virtude da existência do soberano. Inexiste qualquer agente econômico dentro destes discursos. Em outras palavras, só torna-se relevante o estudo do corpo econômico porque existe um corpo político. De fato, quando consideramos a RN como um todo, percebe-se que o ponto final da sua estrutura argumentativa é o livro V que trata precisamente do Estado, das suas receitas e despesas necessárias para o bom desempenho da administração do reino. Somente com a constituição da ciência econômica no início do século XIX é que as proposições da RN passam a ser consideradas como teoria econômica.

⁶ Note-se a mudança significativa do discurso de Smith: não utiliza mais a idéia de opulência, mas sim a de riqueza; e não da sua causa, mas das suas causas.

III

Se há uma idéia imediatamente identificada à RN e ao próprio Adam Smith esta é a da “mão invisível”. Esta identificação imediata ocorre tanto no campo da ciência econômica quanto entre o público leigo. E, de fato, lá está na RN, a famosa proposição de que um indivíduo, agindo guiado pelos seus próprios interesses, produz um resultado não intencional na esfera social. A idéia já havia sido utilizada por Smith no seu *Teoria dos Sentimentos Morais*, porém, em outro contexto⁷. Da mesma forma, Quesnay afirmava que a “grande mágica” de uma sociedade bem organizada é fazer com que os indivíduos pensem que estão trabalhando para eles próprios quando, na verdade, estão trabalhando para a sociedade. Turgot expressava esta idéia no seu “In Praise of Gournay”, publicado em 1759, quando afirma que “in all respects in which commerce may interest the State, unrestrained individuals interest will always produce the public welfare more surely than the operations of government, which are always faulty and of necessity directed by a hazy and dubious theory”⁸. Note-se que por esta época, nas aulas de Glasgow, inexistia qualquer referência à “mão invisível”, o que indica que Smith incorporou-a ao seu discurso após um contato com os fisiocratas.

Dada a disseminação desta idéia entre os principais autores da Economia Pública durante o século XVIII, seria idiotice considerá-la “per se” como um mito do discurso de Smith. Na verdade, não é esta a questão a ser tratada aqui como um dos mitos da RN. O mito de que vamos tratar é o da identificação desta idéia com o discurso marginalista, em particular com a teoria do equilíbrio geral. Sob esta teoria, fundada na noção de “escassez”, e na idéia complementar da ação econômica como o da “escolha racional”⁹, a ciência econômica atual associa a idéia de “mão invisível” aos resultados (positivos) das forças de mercado. Na verdade,, para alguns economistas marginalistas, a teoria do equilíbrio geral é a construção lógica da concepção da “mão invisível”. Mesmo economistas críticos da teoria marginalista “compram” esta interpretação e apontam sua origem na obra de Smith. O propósito desta seção é questionar este mito.

⁷ Ver Smith (1976, p.304)

⁸ Turgot (1977, p. 29)

⁹ Robbins (1981, p. 12-13)

Em primeiro lugar, deve-se ressaltar que a teoria dos preços e do funcionamento do mercado de Smith não é idêntica à do pensamento marginalista. Com efeito, esta baseia-se na idéia de escassez, o que leva ao comportamento econômico da escolha (o “economizar” de Jevons, Walras e Menger). Assim, parte-se de dadas quantidades de fatores de produção que, sob uma restrição tecnológica, serão alocados de modo a atender da melhor forma possível às necessidades dos chamados “agentes econômicos. Não existe uma produção física maior do que aquela dada pela dotação inicial e a tecnologia. Ora, na RN, as trocas dos indivíduos no mercado são realizadas a partir dos excedentes da produção. Os indivíduos, ao se especializarem, produzem mais de um item da riqueza do que consomem. Os excedentes são canalizados para o mercado, onde, eventualmente, serão comercializados. Em outras palavras, está ausente na RN a idéia tão cara aos marginalistas que é a de “escassez”.

Mais ainda, para Smith, o valor de troca de uma mercadoria não tem nenhuma relação e não deriva do seu valor de uso. Esta proposição tornou-se praticamente uma máxima da Economia Política ao longo do século XIX¹⁰. Porém, valor de uso aqui quer dizer outra coisa. Deve-se notar que por valor de uso Smith entendia as qualidades concretas de um objeto que permitiam satisfazer necessidades humanas, e não uma relação psicológica entre o indivíduo e o objeto de consumo. De qualquer forma, para vários autores marginalistas, Smith criou um obstáculo teórico que só seria superado um século depois, no pleno desenvolvimento da teoria do valor marginalista.

Por fim, cabe lembrar que a teoria de preços de Smith trata da determinação do chamado “preço natural”, que depende somente das condições da oferta e, de forma alguma, da interação entre a demanda por e a oferta de uma mercadoria no mercado. Este último fenômeno refere-se ao que ele denomina “preço de mercado” que, estando sempre sujeito a flutuações, não pode ser objeto de nenhuma lei científica (regularidade). A única afirmação possível sobre o preço de mercado é que as suas flutuações dão-se ao redor do preço natural.

Por estas poucas razões vê-se que é inadmissível tratar a teoria de preços de Smith como semelhante à dos marginalistas, nem mesmo como sua versão embrionária. Somente

¹⁰ Paradoxalmente, Marx explica o excedente econômico (mais-valia) a partir do valor de uso da mercadoria força de trabalho.

isto seria suficiente para rejeitar a interpretação marginalista da “mão invisível” de Smith. Porém, há uma razão mais forte para tanto.

Sob a teoria marginalista, o fenômeno econômico veste-se de uma concepção generalizada de trocas. Por exemplo, a análise da produção trata da determinação dos preços (valores de troca) dos bens econômicos. Na verdade, a teoria econômica, sob o pensamento marginalista, é uma teoria dos preços. Não é, portanto, surpresa alguma que a “leitura” marginalista de Smith incida sobre o Livro I da RN onde Smith procura explicar não só a primeira causa da riqueza, mas também o valor de troca das mercadorias. Obviamente, tal “leitura” insere aqui a idéia de “mão invisível”. Desafortunadamente, a “mão invisível” de Smith não se apresenta aqui porque não está relacionada à primeira causa da riqueza, mas sim à segunda causa, a saber, a acumulação de capital. É exatamente por isso que nas aulas de Glasgow e nos dos rascunhos da RN Smith não faz referência à “mão invisível”, pois, como afirmamos anteriormente, nestes textos só existia uma causa da riqueza para Smith que é aquela tratada no Livro I. Na RN, a introdução da acumulação de capital como a segunda causa da riqueza, reflexo da influência do pensamento fisiocrático sobre Smith, fornece-lhe um critério para avaliar melhor a geração de riqueza, ou seja, a adição ou não de um novo valor pelo trabalho humano ao valor dos materiais utilizados na produção. Se isto ocorre, o trabalho realizado é dito produtivo. O trabalhador “paga” o seu salário e os lucros do seu patrão. Note-se que a introdução do conceito de capital no Livro II estabelece a diferenciação social básica entre os indivíduos que, de fato, participam da geração da riqueza (patrões e empregados).

A utilização de estoques como capital, ou seja, como comando sobre o trabalho de outros, explica a emergência deste valor adicional que são os lucros. Por sua vez, os lucros permitem que a massa de capital cresça, o que leva a um aumento do emprego, produção e dos lucros novamente. Este é o processo de acumulação de capital, uma das molas propulsoras da riqueza.

Voltando ao nosso argumento central, a agregação ou não de um novo valor na produção passa a ser o critério decisivo para Smith afirmar quais atividades são geradoras de riqueza e, dentre elas, quais geram mais ou menos riqueza. É este critério que Smith utiliza no Livro IV para avaliar o sistema mercantil e o fisiocrático. Recorde-se que este é o

objetivo central da obra de Smith, rejeitar principalmente o chamado sistema de políticas econômicas mercantil.

Smith divide estas políticas em dois grupos. O primeiro refere-se às importações, enquanto que o segundo diz respeito às exportações. É na análise do primeiro grupo que Smith usa a expressão e a idéia da “mão invisível”, em particular, na sua análise sobre as restrições às importações. Vejamos qual é o seu argumento.

Qualquer que seja o tipo de restrição às importações de bens, proibição absoluta ou altas taxas de importação, o mercado interno fica assegurado aos produtores locais, ou seja, estes passam a ter o monopólio sobre o mercado interno. Para Smith, isto pode causar um aumento da atividade produtiva em alguns setores, porém é duvidoso que acarrete um aumento do nível geral da produção. A razão desta conclusão é simples: o nível geral de produção e emprego numa sociedade tem um limite que é dado pelo montante de capital que a sociedade pode empregar. Devemos lembrar que o capital comanda trabalho e não o contrário¹¹. Assim, afirma Smith, nenhuma regulamentação pode gerar um aumento generalizado da produção e do emprego. Pode, se tanto, desviar parte do trabalho total da sociedade para um ou outro setor e, mesmo assim, corre-se o risco desta reorientação “artificial” da atividade econômica tornar-se prejudicial à sociedade. A justificativa lógica desta última proposição flui diretamente da teoria da acumulação de capital elaborada por Smith no Livro II da RN. Afirma Smith:

“Every individual is continually exerting himself to find out the most advantageous employment for whatever capital he can command. It is his own advantage, indeed, and not that of the society, which he has in view. But the study of his own advantage naturally, or rather necessarily, leads him to prefer that employment which is most advantageous to the society.”

¹¹ Esta proposição seria utilizada quase um século e meio depois por Keynes como sua crítica fundamental ao segundo postulado da “Economia Clássica” sobre a determinação do nível de emprego.

Este resultado natural ou necessário decorre de dois motivos. Primeiro, qualquer indivíduo proprietário de capital prefere aplicá-lo no mercado interno do que no externo, porque assim tem um controle maior da sua aplicação, desde que possa obter a remuneração normal do capital. Ao fazer isso, ele “põe em movimento” um maior número de trabalhadores, elevando o nível da atividade e da renda nacional do que no comércio internacional.

Em segundo lugar, todo o indivíduo proprietário de capital procura aplicá-lo naquelas atividades cujo produto contenha o maior valor possível. Devemos lembrar que, para Smith, capital é aquela parte do estoque de um indivíduo que é utilizado para obter um rendimento adicional (lucro) por meio da contratação de trabalhadores produtivos:

“ The produce of industry is what it adds to the subject or material upon which it is employed. In proportion as the value of this produce is great or small, so will likewise be the profits of the employer. But it is only for the sake of profit that any man employs a capital in the support of industry; and he will always, therefore, endeavour to employ it in the support of that industry of which the produce is likely to be of the greatest value, or to exchange for the greatest quantity either of money or of other goods.” (Smith, 1999, p. 32, grifo adicionado)

Porém, a renda nacional é igual ao valor de troca do produto anual do conjunto das suas atividades produtivas. Assim, como todo indivíduo proprietário de capital procura aplicá-lo naquelas atividades onde o produto tenha o maior valor possível, ele acaba por elevar o valor total da produção nacional. Sua intenção é obter o maior valor possível dos seus rendimentos, mas nesta busca, acaba por elevar o valor total da produção nacional, o que não é seu objetivo, nem tampouco ele tem consciência deste efeito.

A articulação destes dois motivos sobre como proprietários de capital acabam promovendo, não intencionalmente, a riqueza nacional leva à idéia da “mão invisível” e, de fato, ao único momento na RN em que este termo aparece:

“He [employer] generally, indeed, neither intends to promote the public interest, nor knows how much he is promoting it. By preferring the support of domestic to that of foreign industry, he intends only his own security; and by directing that industry in such a manner as its produce may be of the greatest value, he intends his own gain, and he is in this, as in many other cases, led by an invisible hand to promote an end which was no part of his intention.” (Smith, 1999, p. 32, grifo adicionado)

Desta forma, o “conselho” de Smith para o soberano, idêntico ao de Turgot e pelas mesmas razões, é que ele se sobrecarregará desnecessariamente com uma tarefa para a qual os indivíduos podem avaliar melhor do que qualquer legislador ou conselho da administração pública pode fazê-lo. Mas o propósito de Smith neste capítulo não é mostrar as proezas do mercado, mas sim o de rejeitar qualquer legislação, restritiva ou proibitiva, das importações. Este tipo de restrição desloca o fluxo de capital para certas atividades, elevando seus níveis de atividade e de emprego, sem elevar, porém, o nível geral da produção.

Conforme aponte na seção anterior, Smith e os fisiocratas constroem os seus discursos no campo da Economia Pública. Assim, o mesmo conselho pode ser elaborado comparando-se a decisão sábia de um chefe de família com a do soberano, chefe da grande família que é o Estado:

“It is the maxim of every prudent master of a family never to attempt to make at home what it will cost him more to make than to buy [...] that is the prudence of every private family can scarce be folloy in that of a great kingdom.” (Smith, 1999, p. 33)

Pelo exposto aqui, deve ficar claro que a idéia da “mão invisível” tem muito pouco a ver com o livre jogo das forças de mercado, em particular, quando esta expressão refere-se ao jogo entre demanda e oferta. A “mão invisível” relaciona-se à dinâmica da acumulação de capital e, portanto, só ganha conteúdo teórico após a introdução da

acumulação de capital como uma das causas da riqueza e, não custa lembrar, esta causa deriva de um aspecto da natureza humana que é a constante busca, por parte dos indivíduos, da melhoria de suas condições de vida, e não com a propensão a trocar que se baseia no apelo ao interesse próprio dos outros para obter aquilo que se deseja.

No entanto, é bom frisar que existe uma relação entre a “mão invisível” e o funcionamento do mercado. Mas, novamente, somente quando inserido na análise do processo de acumulação de capital. No livro I, Smith utiliza o conceito de preço natural, igual à soma das taxas naturais de salário, lucro e renda. O preço de mercado flutua ao redor do preço natural pela força da competição. De fato, é a competição entre capitais, na busca pelo melhor retorno, que produz a tendência à equalização das taxas de lucro.

Antes de deixar esta seção é importante salientar que a rejeição de Smith aos sistemas de políticas econômicas mercantil e fisiocrático em favor do seu sistema de liberdade natural não quer dizer que o Estado deva ser mínimo ou sua presença constitua-se num entrave à produção da riqueza. Isto é óbvio quando consideramos a RN dentro do seu campo de saber original, o da Economia Pública, conforme argumentamos anteriormente. Na verdade, a questão não é sobre a presença do Estado, mas sim do seu papel no processo de geração de riqueza que, neste ponto da RN, quer dizer a acumulação de capital. Para Smith, este papel compreende a segurança interna (a defesa da propriedade privada), externa (guerras) e a ação direta do Estado naquelas atividades socialmente importantes, mas cuja remuneração do capital (novamente tem-se aqui o critério básico) não é atrativa do ponto de vista privado. Paradoxalmente, Keynes, no seu famoso “Fim do Liberalismo”, afirma o mesmo:

“A mais importante *Agenda* do Estado não diz respeito às atividades que os indivíduos particularmente já realizam, mas às funções que estão fora do âmbito individual, àquelas decisões que ninguém adota se o Estado não o faz.” (Keynes, , p. 123)

Como pode-se perceber, quando se trata de promover o processo de acumulação de capital, todos eles sabem do que está em jogo no seu devido momento histórico.

IV

A teoria de preços de Smith tem sido criticada como inconsistente ou até mesmo incorreta. De maneira geral, duas interpretações sobre a teoria dos preços e da distribuição de Smith podem ser identificadas na literatura econômica. A primeira, cuja origem localiza-se em Ricardo e Marx, afirma que Smith colocou o trabalho humano no centro da análise econômica, abrindo espaço para a construção de uma teoria do valor trabalho. Porém, esta tentativa ficou aquém do esperado por confundir a determinação do valor com a sua distribuição. Como afirma Dobb no seu livro *Theories of Value and Distribution since Adam Smith*, o resultado final é a presença inconsistente de duas teorias do valor denominadas trabalho comandado e trabalho incorporado. A segunda interpretação tem como exemplo maior a obra colossal de Schumpeter, *História da Análise Econômica*. A teoria de preços de Smith é criticada pela sua afirmação de que o valor de uso de uma mercadoria não pode ser confundido com o seu valor de troca, e que o primeiro não pode ser considerado como base para o segundo. Esta proposição, no entendimento de Schumpeter, fechou as portas para uma correta teoria do valor que só seria retomada bem mais tarde as obras de Jevons, Walras e Menger. Daí, a sua incapacidade em resolver o “paradoxo da água e do diamante”. Por outro lado, Smith deixou claro o papel das forças do mercado como o *locus* do processo econômico, em particular, sob uma específica interpretação da “mão invisível”.

Estas duas linhas interpretativas de correm de uma história das idéias científicas conhecidas como histórias recorrentiais, ou seja, histórias que refazem o passado de uma ciência a partir da sua atual posição dominante. Aqui, vamos tentar apresentar a teoria dos preços e da distribuição de Smith de outro ponto de vista, a saber, considerá-las nos seus próprios termos. Assim, iniciaremos pela teoria dos preços de Smith para, em seguida, tratar da sua teoria da distribuição.

Em primeiro lugar, Smith está preocupado em refutar os sistemas de políticas econômicas Mercantil e Fisiocrático, principalmente o primeiro, pois o segundo compartilha da concepção de Smith sobre liberdade natural como meio eficaz de gerar riqueza, pecando apenas pelo seu conceito restrito de trabalho produtivo. Para tanto, Smith inicia pela apresentação correta de riqueza, objetos que satisfazem necessidades humanas, e das suas causas. A equação básica de Smith relaciona trabalho humano à riqueza. Porém, o

trabalho humano gera riqueza sob duas circunstâncias. Primeira, pelo grau de sua produtividade cuja origem está na divisão do trabalho. É no estudo desta primeira causa que Smith discute a determinação dos preços das mercadorias e a distribuição do produto. De fato estas questões só podem aflorar neste ponto porque a divisão do trabalho implica num sistema de trocas ou na presença do mercado como o *locus* social das atividades produtivas de riqueza dos indivíduos. O conceito crucial da sua teoria dos preços é preço real da mercadoria. A segunda circunstância é o número proporcional de trabalhadores produtivos que dependem da acumulação de capital. Neste ponto é crucial o conceito de trabalho produtivo definido por Smith como o trabalho humano que adiciona e fixa valor ao valor dos materiais empregados na produção. Nas operações de produção, o trabalhador adiciona um novo valor que, por um lado, repõe o valor dos seus salários e, por outro, põe o valor dos lucros do seu patrão. Ao ser fixado este valor na mercadoria, seu proprietário pode adquirir, a qualquer momento no mercado, pelo menos a mesma quantidade de trabalho que produziu a mercadoria. Note-se, portanto, a íntima conexão entre os conceitos de preço real e de trabalho produtivo em Smith.

A determinação dos preços em Smith parte de suas proposições. O valor de uso de uma mercadoria não pode ser confundido com o seu valor de troca e o primeiro nunca pode ser considerado uma explicação do segundo. Para confirmar esta proposição Smith aponta o paradoxo da água e do diamante. Entretanto, longe de ser uma insuficiência da teoria de preços de Smith, tal paradoxo é um exemplo claro da falácia de apontar o valor de uso como fonte do valor de troca das mercadorias. Além disso, Smith diferencia valor nominal, preço monetário da mercadoria, do seu valor real. A teoria de preços deve-se concentrar neste último por meio da introdução de preço real definido anteriormente. Concretamente, o preço real é a razão entre o preço nominal da mercadoria e o preço do trabalho, de tal forma que sua dimensão é igual a quantidades de trabalho por uma unidade da mercadoria.

O passo seguinte de Smith é determinar as partes componentes do preço real e aqui ele adentra a teoria da distribuição. Para tanto, Smith aplica o seu conceito de preço real a duas situações distintas. Na primeira, ele considera uma sociedade “rude e primitiva”, ou seja, uma sociedade anterior à acumulação de capital e à propriedade fundiária. Neste caso, como todo o produto do trabalhador lhe pertence, a mercadoria que ele produz só pode comandar a mesma quantidade de trabalho gasto na sua produção. Daí a conclusão de que,

em tal sociedade, o preço real, ou seja, o trabalho comandado é idêntico ao trabalho incorporado. A propósito, este é o tipo de sociedade que Smith concebia nas suas aulas de Glasgow sobre *Police*, com o resultado inevitável do preço natural das mercadorias serem compostos apenas pela taxa de salário natural.

A segunda situação refere-se a uma sociedade moderna, aquela na qual a acumulação de capital e a propriedade fundiária já estão presentes. Nesta sociedade, como o trabalhador deve dividir o produto do seu trabalho com o patrão que o empregou e com o proprietário de terra, o preço real da mercadoria, o trabalho comandado, é maior do que o trabalho incorporado. As mercadorias comandam uma quantidade maior de unidades de trabalho daquela utilizada nas suas produções. Ora, se este é o caso, o preço real divide-se, naturalmente diria Smith, em salários, lucros e renda da terra. Note-se que se ocorrer uma elevação dos preços dos produtos agrícolas, parcela significativa da cesta de bens dos trabalhadores, deve ocorrer uma elevação dos salários e, com isto, do próprio preço da mercadoria.

O importante a reter aqui sobre esta operação de Smith é que não se trata da utilização de duas teorias de preços, mas sim da aplicação de um único conceito aplicado a duas situações diferentes ou a dois tipos de sociedades distintas quanto à apropriação das condições de produção. Na sociedade moderna, como o trabalho comandado é maior que o trabalho incorporado, tem-se a existência de um valor excedente ou produto líquido que, sob o conceito de trabalho produtivo de Smith, inclui tanto lucros como a renda da terra. Desta forma, lucros passam a ser considerados parte integrante do excedente, tanto na atividade agrícola como na industrial. No entanto, toda a construção teórica de Smith carece de um fundamento lógico mais sólido porque o preço real nada mais é do que a razão entre dois preços. Falta uma teoria do valor e o que resta é apenas uma teoria de preços.

O preço real da mercadoria compõe-se de salários, lucros e renda da terra. Afirma Smith que, quando estas remunerações encontram-se de acordo com seus valores médios determinados pela competição, o preço real é identificado com o preço natural da mercadoria. Este preço difere do preço observado no mercado, ou seja, do seu preço de mercado, que flutua de acordo com as variações da oferta e da demanda efetiva pela mercadoria. No entanto, estas flutuações gravitam ao redor do preço natural pela ação da

força da competição. Em outras palavras, o preço de mercado, embora sujeito a flutuações, está sempre sendo atraído para o seu nível natural devido ao processo competitivo, ou seja, pela busca incessante, por parte dos indivíduos, da melhor remuneração pelo que ele oferta no mercado. Pode-se agora considerar a teoria da distribuição de Smith.

Os salários são a recompensa natural do trabalho. No estado rude e primitivo, como todo o produto pertencia ao trabalhador, esta remuneração atingia seu nível máximo. Porém, com a apropriação de terras e a acumulação de capital, o trabalhador deve ceder parcelas do produto do seu trabalho para comporem as remunerações dos proprietários e dos patrões. A determinação do nível de salários resulta da barganha entre patrões e trabalhadores fixada em contratos. Portanto, sua determinação ocorre na esfera do mercado. As duas partes contratantes têm interesses opostos. Patrões buscam pagar a menor remuneração possível e trabalhadores buscam obter a maior possível. No entanto, afirma Smith, existe um nível mínimo abaixo do qual a taxa de salário não pode cair sob pena de tornar impossível a reprodução do trabalhador e da sua família.

A situação mais favorável para os trabalhadores dá-se quando o ritmo de acumulação de capital é maior do que a oferta de trabalho. Neste caso, o poder de barganha dos trabalhadores aumenta e eles podem obter uma remuneração maior pelo seu trabalho. Esta situação é definida por Smith como um estado progressivo da sociedade.

Os lucros são concebidos por Smith como a remuneração do capital aplicado pelos patrões nos seus negócios. Em hipótese alguma eles devem ser identificados como uma classe especial de salários, os salários de supervisão, conforme propusera Turgot. Só assim, pode-se entender lucros como parte do produto líquido. Os lucros são regulados pelo mesmo fator que afeta a taxa de salários, a saber, a acumulação de capital, porém no sentido inverso: quanto maior for o ritmo de acumulação, maiores serão os salários e menores os lucros. Este efeito deve-se à competição entre os novos e velhos capitais num determinado mercado. Portanto, existe uma relação inversa entre lucros e salários sob o processo de acumulação de capital. Este resultado contrasta com aquele apontado anteriormente na discussão das partes componentes do preço real quando se observou que a elevação dos salários eleva proporcionalmente o preço da mercadoria, obscurecendo qualquer relação inversa entre salários e lucros. Aqui, apresenta-se esta relação inversa que tenderá a ser um dos pontos cruciais da teoria do valor de Ricardo.

No que diz respeito à determinação dos lucros, Smith afirma que é impossível determinar empiricamente ao certo quais eles são. Assim, Smith sugere que se utilize a taxa de juros, que é um indicador observável e para o qual existem fontes de informações disponíveis. Seu argumento para este procedimento é que quando os negócios estão bem, os patrões estão obtendo lucros razoáveis, o que quer dizer que eles estão dispostos a pagar uma taxa de juros maior pelos empréstimos. O mínimo que se pode deduzir destas afirmações de Smith sobre o nível dos lucros é que elas não formam nenhuma teoria da determinação dos lucros e da taxa de lucro, resultado, mais uma vez, da ótica da sua análise estar restrita à esfera da circulação, como no caso dos salários.

Sobre a renda da terra, a estrutura da análise não diverge da observada nas explicações sobre os salários e os lucros, ou seja, concentra-se na esfera da circulação. A renda da terra, entendida como o preço pelo uso do solo, é dada pelo máximo que o arrendatário pode pagar. No processo da barganha, o proprietário esforça-se para não deixar para o arrendatário uma parcela do produto que exceda a recuperação do seu capital. Duas afirmações de Smith são interessantes neste caso. Em primeiro lugar ele afirma que a renda é um preço de monopólio, pois o proprietário dificilmente investe capital nas suas propriedades. Em segundo lugar, a renda, diferentemente dos salários e dos lucros, é um efeito do preço dos produtos agrícolas e não um dos componentes da formação destes preços. Esta observação é estranha quando comparada à proposição de Smith segundo a qual renda, salários e lucros constituem as fontes originais do preço natural de qualquer mercadoria.

Por fim, cabe apresentar a análise de Smith sobre o comportamento destas parcelas durante o processo de acumulação de capital. Com o crescimento do capital e com a sua aplicação nos diversos setores da produção, deve-se esperar, segundo Smith, um crescimento dos salários e da renda da terra. O primeiro efeito, como visto anteriormente, deve-se àquela situação favorável e única para a classe trabalhadora. O segundo deriva da necessidade crescente de bens agrícolas para sustentar um número maior de trabalhadores, elevando o preço dos produtos agrícolas e, portanto, a renda, que é efeito e não causa do nível destes preços. Quanto aos lucros, estes devem diminuir novamente devido à competição entre os vários capitais na esfera do mercado. Daí, deduz Smith, os interesses das classes trabalhadoras e dos proprietários são comuns e favoráveis a uma situação

progressiva da sociedade, porém opostos aos interesses da classe dos patrões. Portanto, esta última classe tem interesses contrários à sociedade como um todo. Na verdade, eles procuram restringir o processo competitivo para preservar o nível de lucratividade dos seus negócios. Deve-se, no entanto, considerar com muito cuidado esta afirmação de Smith como uma crítica à classe capitalista. Smith vivia uma época de transição e seu alvo era o conjunto de regulações ainda dominantes e por ele identificadas com o sistema mercantil.

Em conclusão, pode-se afirmar que, embora o arcabouço teórico de Smith constitua um avanço inegável sobre as proposições fisiocráticas, de onde ele mesmo derivou conceitos fundamentais para a elaboração da *Riqueza das Nações*, tais como o de capital como adiantamento das condições de produção, produto líquido e trabalho produtivo, todos articulados sob a segunda causa da riqueza, este avanço não ultrapassou os limites da análise dos fisiocratas, ou seja, o da esfera da circulação. Pode-se rejeitar esta afirmação apontando para o papel do trabalho humano na obra de Smith. Porém, o trabalho aparece aqui somente na sua capacidade de gerar um excedente para as trocas e não mais do isso. É o mesmo caso de Quesnay cujo *Quadro Econômico* descreve apenas a circulação de mercadorias e dinheiro, deixando a esfera da produção restrita a algumas hipóteses muito importantes na formulação do *Quadro*. Em suma, Smith, assim como os fisiocratas, encontra-se circunscrito ao domínio do saber denominado de *Political Oeconomy*, domínio este subsidiário ao da administração pública e que concebe questões “econômicas” como relacionadas ao engrandecimento da esfera da circulação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Arida, P. (1991). "A História do Pensamento Econômico como Teoria e Retórica" in J. M. Rego (org.) Revisão da Crise: Metodologia e retórica na História do Pensamento Econômico. São Paulo, Biental.
- Bachelard, G.(1978). La Formación del Espíritu Científico. México, Siglo Veintiuno.
- Robbins, L. (1981). The Nature & Significance of Economic Science. London, MacMillan,
- Rousseau, J-J (1973). " A Discourse on Political Oeconomy" in The Social Contract and others Discourses. London, Everyman.
- Santos, R. C. dos (1986). "Riqueza e Ciência Econômica: Uma Reflexão Sobre a História do Pensamento Econômico". Seminários , IPE-FEA-USP, n.17/86.
- Smith, A. (1999). The Wealth of Nations, Books IV-V. London, Penguin Books.
- _____ (1999). The Wealth of Nations, Books I-III London, Penguin Books.
- _____. (1976) The Theory of Moral Sentiments. Indianapolis, Lyberty Classics.
- Schumpeter, J. A. (1954). History of Economic Analysis. Oxford, Oxford University Press.
- Steuart, J. (1966). An Inquiry into the Principles of Political Oeconomy. A. S. Skinner (ed). Edinburg, Oliver&Boyd.
- Tiles, M.(1984). Bachelard: Science and Objectivity. Cambridge, Cambridge University Press.
- Tribe, K. (1978). Land, Labor and Economic Discourse. London, Routledge and Kegan.
- Turgot, A. R. J. (1977). "In Praise of Gournay" in The Economics of A. R. J. Turgot, P. D. Groenewegen (ed). Martinus Nijhoff, The Hague.